



Aumento de despesa com funcionalismo parece não ter fim

***Síntese:** Duas medidas provisórias em tramitação no Congresso abrem caminho para a revisão salarial de 1,4 milhão de funcionários públicos e a contratação de mais de 3 mil novos servidores federais. Os efeitos sobre a folha são permanentes e alcançarão R\$ 32 bilhões ao ano a partir de 2012. Hoje a União já gasta 5% do PIB para pagar um contingente que ultrapassa 2 milhões de ativos, inativos e pensionistas. O governo Lula já elevou em 240 mil o número de servidores federais e só neste ano já abriu mais de 60 mil novas vagas. Apenas a Presidência da República conta com 5.680 empregados.*

As últimas semanas têm sido pródigas numa prática da qual o governo Lula é recordista: a criação de cargos públicos e o aumento de gastos com a máquina administrativa. Os números assustam pela dimensão, pelos impactos diretos nas despesas fiscais e pelo seu legado às futuras gerações do país. São custos extras contados às dezenas de bilhões de reais, sem que se vislumbre qualquer movimento para impor algum freio à escalada.

Atualmente tramitam no Congresso duas medidas provisórias (MP) que são o melhor paradigma desta situação. Editada em maio, a MP 431 encontra-se no Senado, depois de ser aprovada na Câmara na primeira semana de agosto. Trata da reestruturação de 17 carreiras e representa, no seu cômputo geral, uma avalanche de aumento de gastos com funcionários públicos.

Segundo a exposição de motivos que acompanha o texto, 800.512 servidores civis ativos, inativos e pensionistas serão beneficiados pelos efeitos da MP. Mais 611.935 militares da ativa, aposentados e pensionistas também. São, portanto, 1,4 milhão os contemplados. Este ano, o impacto da reestruturação sobre a folha de pagamentos será de R\$ 7,72 bilhões. Mas o valor vai crescendo ao longo do tempo até atingir seu ápice em 2012 – já, portanto, no colo do novo governo: só com a MP em tramitação os gastos anuais crescem R\$ 31,92 bilhões em valores atuais.

Por quaisquer ângulos que se analise, trata-se de evidente exagero. Uma única MP acarretará, daqui a quatro anos, aumento de gastos anualizados que equivale a 25% do que a União despense hoje com pessoal – uma base já inchada pelos seguidos reajustes concedidos pelo governo federal desde 2006. Como se não bastasse, na semana seguinte uma nova MP (a de número 434) também foi aprovada pela Câmara, com impactos financeiros mais singelos, mas nem por isso menos relevantes: foram criados mais 3.090 cargos públicos no Poder Executivo, a um custo estimado de R\$ 316 milhões ao ano, considerando-se o preenchimento de todas as vagas.

A multiplicação dos peixes

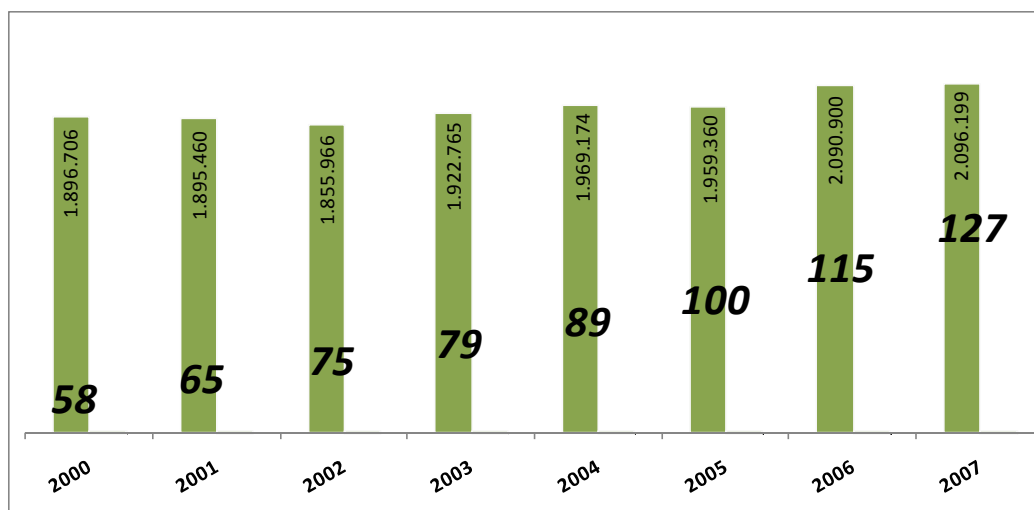
Mas os números podem ficar maiores, muito maiores. O Executivo federal prepara envio de mais uma medida, em forma de MP ou de projeto de lei, beneficiando outras 54 categorias de servidores. Nesta nova leva – fruto de

uma série de acordos firmados pelo governo Lula com o funcionalismo nos últimos meses – até 350 mil servidores poderão ser contemplados com aumentos. Ou seja, em apenas dois textos o governo distribuiu reajustes para quase 85% de seus funcionários, entre civis e militares, ativos, inativos e pensionistas. Calcula-se que, nesse caso, os custos poderão chegar a R\$ 11 bilhões ao ano. (Tal estimativa não é definitiva, uma vez que o Ministério do Planejamento retirou de sua página na internet os arquivos com as cópias dos acordos, que haviam sido disponibilizados em 8 de agosto e permitiam um cálculo mais apurado.)

As despesas seriam ainda maiores se já computassem os cargos que deverão ser abertos com o Ministério da Pesca, possibilidade mantida mesmo depois de o governo ter revogado a MP que criara a nova pasta, substituindo-a pelo envio de um projeto de lei prevendo rigorosamente os mesmos efeitos: mais cargos e mais gastos em troca de ralos benefícios para a população. Mantido o escopo original, o novo órgão nascerá com 500 cargos de confiança (295 deles novinhos em folha) e um orçamento de R\$ 500 milhões, o dobro do atual.

É difícil saber a que tal estrutura ministerial se prestará: em quase seis anos a já indefensável Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, vinculada diretamente à Presidência da República, não conseguiu sequer desenvolver estatísticas. A base de dados que orienta a atuação do órgão é de 2001; desde 2005 não há dados sobre a estagnada produção de pescados no país, até então calculada pelo Ibama.

Despesa anual de pessoal e total de servidores da União



Os números maiores indicam a despesa total por ano, expressa em bilhões de reais; os números na vertical referem-se ao total de servidores ao final de cada ano. Fontes: Ministério do Planejamento e Secretaria do Tesouro Nacional

O DNA da ganstança

Desde o início do governo Lula, os gastos da União com pessoal subiram 72,6% – ou 26% acima da inflação do período. Em termos absolutos, o governo federal gasta hoje R\$ 54,5 bilhões a mais do que gastava quando o PT assumiu o poder. Foram R\$ 129 bilhões nos 12 meses terminados em abril – dado mais recente disponível no Ministério do Planejamento. Isso equivale a 5% do PIB. Mantido o ritmo atual de aumentos, não será surpresa se a despesa apenas com funcionários públicos bater em R\$ 200 bilhões até 2010. Haja aumento de imposto para bancar tamanha ganstança.

Não são raros os exemplos de órgãos da administração federal que mais que dobraram seus gastos com salários em seis anos. Em alguns casos, como no Ministério da Educação, há alguma explicação plausível, como a substituição de professores substitutos por permanentes. Mas o que dizer da Presidência da República que, desde 2002, multiplicou por quase três suas despesas com a folha de pessoal, para perto de meio bilhão de reais? Lá estão 5.680 empregados. Na Fazenda, os dispêndios cresceram R\$ 5 bilhões até agora, mais que dobrando.

Um porto seguro para apaniguados

Tais cifras em forte expansão significam a incorporação de um exército de funcionários à folha de pagamentos, com efeitos, na maior parte dos casos, permanentes sobre as contas públicas. Desde 2002, já são 240 mil novos servidores federais. Só neste ano foram criados mais 60 mil cargos – dos quais quase 8 mil funções gratificadas ou comissionadas, segundo levantamento do deputado tucano Arnaldo Madeira (SP).

Os funcionários da ativa já somam 1,116 milhão num total de 2,096 milhões de pessoas pagas pela União. Depois de um forte enxugamento, o Poder Executivo voltou a ter hoje o mesmo número de servidores civis que tinha 11 anos atrás: 530 mil. Parte das novas vagas foram preenchidas por pessoas de confiança do governo, sem a necessidade de submissão a concursos públicos. Na gestão Lula foram criados 2.046 cargos de livre provimento mais vistosos e bem remunerados – os chamados DAS, cujos vencimentos médios chegam a atingir R\$ 11,7 mil. Desde 2003 foram abertas outras 74 mil vagas em concursos públicos.

Uma das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mais bem-recebidas foi a que propôs a adoção de uma regra única e rígida para a expansão dos gastos com servidores ativos e inativos. Previa que os reajustes anuais seriam limitados à variação da inflação oficial mais um ganho real que não poderia ultrapassar 1,5%. Assim como a maior parte do PAC, tratava-se de mera miragem: o governo federal jamais buscou implementá-la e, como se vê, pratica o oposto. Quando a maré do excesso de arrecadação virar e o desequilíbrio fiscal se avolumar, poderá ser tarde para agir.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br